

DETERMINISMO E DISPOSIÇÃO DE CARÁTER NA ÉTICA À NICÔMACO

HUMBERTO Machado do Amaral;
HOBUSS; João

Universidade Federal de Pelotas - humberto_amaral@yahoo.com.br
Universidade Federal de Pelotas – joao.hobuss@pq.cnpq.br

1. INTRODUÇÃO

Este resumo tem como objeto de investigação filosófica a obra aristotélica *EN*, nos livros II 1, II 2, III 1 e III 8. E tem como tema da pesquisa a disposição do caráter moral, no qual se observarmos os trechos analisados (*EN*, 1103b 22-25), Aristóteles afirma que o hábito moral é de "toda importância" (*EN*, 1103b25). Com isso, a pesquisa consiste em discutir a disposição determinista do caráter moral nas passagens (*EN* 1114^a19-23) em que Aristóteles aparentemente se contradiz em relação as outras partes dos textos; "os incontinentes por natureza são mais difíceis de endireitar do que os incontinentes por hábito." (*EN* 1152^a28-30), nos quais suas declarações abrem espaço para uma possível leitura e interpretação em relação a reforma do hábito moral. Nessa pesquisa, escolho como chave de leitura desenvolver uma via libertarista de análise a partir do trecho referenciado; "o que está envolvido nas ações e as coisas proveitosas nada têm de fixo, assim como tampouco o que concerne à saúde." (*EN* 1104^a4-5), que consta no livro II capítulo 2 da obra *EN*. Os comentadores de Aristóteles que defendem uma via determinista com vistas ao hábito do caráter moral dentro das analogias feitas com a saúde na passagem 1114a19-21, onde o injusto e o intemperante são determinados a agir sem possibilidade de que possam, no futuro, agir diversamente, inferência feita no fim da passagem, em 1114a21, pois como um homem que adoece e não se cura instantaneamente, o intemperante não pode mais deixar de o ser no mesmo momento em que desejar. O problema da responsabilidade moral na tese determinista é disseminado com argumentos sobre ações voluntárias escolhidas deliberadamente. Em que "se alguém pratica as ações pelas quais se tornará injusto, não ignorando, ele é voluntariamente injusto." (*EN* 1114^a13), a imputabilidade moral do agente é discutida em comentadores antigos de maneira que para Aristóteles somos responsáveis por deliberar sobre as ações no momento em que ela acontece, ou seja, no momento que a decisão está em nosso poder. Com isso, a responsabilidade moral existe desde esse principio da ação, pois estava em nosso poder escolher fazer ou não fazer esta respectiva ação. Como é escrito por João Hobuss (2013, p. 297) em seu artigo *Aristóteles e a possibilidade de mudança de caráter*: "A solução apontada por Alexandre de Afrodísia contra os que afirmam que a virtude e o vício são incontornáveis, isto é, não podem mais serem perdidos, é sublinhar o fato de que as disposições (*hexeis*) dependem dos que as possuem, pois "antes de as adquirirem, estava em seu poder também não adquiri-las", na medida em que os que adquiriram a virtude ou o vício são a causa de sua aquisição, pois a geração disto depende completamente de nós." É afirmado nesse trecho que por ser o próprio agente o responsável pelas escolhas deliberadas sobre o agir viciosamente ou virtuosamente, escolhas voluntárias, este mesmo agente será responsabilizado pelas disposições de caráter obtidas ao longo da "formação"

destas disposições. Formamos estes hábitos morais no decorrer dos processos de escolher agir virtuosamente ou viciosamente, e Aristóteles neste ponto da problemática filosófica muitas vezes não é claro em argumentação teórica sobre esta real importância de uma formação determinista ou libertarista do caráter moral.

2. METODOLOGIA

A metodologia consistirá na exegese do texto aristotélico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para discorrer sobre uma tese libertarista em relação ao hábito moral em Aristóteles, e por conseguinte amenizar as afirmações que são feitas com vistas a uma impossibilidade de queda ou reforma do caráter virtuoso ou vicioso do agente, procurarei uma coerência nas passagens aristotélicas que amenizem o aparente determinismo do hábito moral, cito a seguinte passagem: “Pois tornamos sempre mais aptos a mudar facilmente em vista da virtude, por menor que terá sido o progresso feito ao começar, de modo que é verossímil que se possa progredir ainda mais. E quando isto se reproduz constantemente, passamos completamente ao estado oposto, se não somos impedidos pelo tempo.” (*Cat.* 13^a27-31). Fica claro nestas palavras aristotélicas que a virtude do homem é mutável, mesmo que de maneira árdua e lenta. A passagem explica claramente que pode ser um progresso muito difícil, Aristóteles menciona não ser possível em dada passagem do seu texto (*EN* 1114^a21-22), mas que uma vez iniciado o processo contrário—ele pode sim chegar a transformar-se por completo em seu contrário, palavras do próprio filósofo: “Ademais, se as virtudes dizem respeito a ações e emoções e se prazer e dor acompanham toda emoção e toda ação, também por isso a virtude dirá respeito a prazeres e dores. São indicadores também as punições que se dão por meio deles: algumas punições produzem cura, as que produzem cura ocorrem naturalmente pelos contrários. “. As virtudes então ocorrem a partir dos contrários, pois estas estão de acordo com nossas ações e estas ultimas são o que realmente concernem ao que se dá de modo contrário, pois são as ações que dizem respeito ao que podemos escolher “sim” ou “não”, ou seja, com respeito as ações que escolhemos agir ou não agir, “ Com efeito, naquelas nas quais o agir está em nosso poder, igualmente está o não agir...” (*EN* 1113b7-8). Então posso considerar que mesmo após as ações terem já criado certa disposição com relação ao hábito moral, sempre existirá a chance de o agente escolher o oposto da disposição criada e se eu aceitar a analogia feita pelo próprio Aristóteles das virtudes com a saúde, em que um homem saudável pode ficar doente, ou um homem doente pode ficar saudável, como é exposto em (1114^a14-15), um agente virtuoso ou vicioso pode também ‘curar-se’, levando em conta a passagem citada logo acima, reafirmo este trecho (*EN* 1104b17); “algumas punições produzem cura, as que produzem cura ocorrem naturalmente pelos contrários”. A comparação feita por Aristóteles com as punições neste trecho referem-se a relação destas (punições) com a sua produção de dor ou prazer, pois prazer e dor fazem parte da virtude, visto que esta (virtude) se dá em “toda emoção e toda ação” (*EN* 1104b14). Reafirmo a tese libertarista em passagens aristotélicas e lembro da passagem que utilizo na introdução deste resumo, em que “os incontinentes por natureza são mais difíceis de endireitar do que os incontinentes por hábito” (*EN* 1152^a28-30), para com isso afirmar que os textos aristotélicos são claros quando se refere a virtude como

ponto chave de “melhorar” o homem, o estudo moral destina-se não para “saber o que é a virtude, mas para tornar-nos bons, dado que, de outro modo, em nada seria útil...” (EN 1103b28-29). As ações sim podemos mudar e escolher deliberadamente, mesmo que não seja nada fácil. O que abre espaço para eu poder afirmar que mesmo sendo um processo muito conflituoso mas não impossível em relação a uma reforma ou queda no caráter moral do agente, é esta passagem do livro II 2, em que define as ações como algo que “nada têm de fixo” (EN 1104^a4) comparando novamente a saúde, pois de forma que sempre escolhemos as coisas que nos levam a ficar saudáveis ou doente.

4. CONCLUSÕES

Temos sempre a possibilidade da mudança nas escolhas que concernem as ações, que são de onde cria-se as disposições morais e estas já são somente voluntárias mas não deliberadas. Se podemos sempre mudar nossas ações, a tese determinista perde força dentro deste ponto de leitura libertarista.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

ZINGANO, M. **Tratado da virtude Moral; Ethica Nicomachea I 13 – III 8/** Marco Zingano. São Paulo : Odysseus Editora, 2008.

Artigo

HOBUSS, J. “Aristóteles e a possibilidade de mudança de caráter”. **Dois pontos**, Curitiba, São Carlos, v.10, n. 2, p. 291 – 313. Outubro, 2013.